

## **MOVIMENTO NACIONAL DA JUSTIÇA CONTRA A VIOLÊNCIA**

---

**NILSON VITAL NAVES**

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal*

É com satisfação que assistimos à instalação do Movimento Nacional da Justiça contra a Violência, uma proposta que surgiu do amadurecimento político de todos nós e do despertar cívico em face da imperiosa necessidade de um engajamento coletivo para o combate a toda espécie de violência mal que tem atentado contra a vida das pessoas e, conseqüentemente, desestabilizado a paz social.

Parece até que, na agenda nacional, a violência por todos vivenciada – agravada pelo que se acabou denominando crime organizado – é tema diário inesgotável a reclamar medidas. Há muito que não se registram dias tão violentos quanto os atuais. Onde estaria a gênese desse capítulo? É de hoje? Não, não é de hoje; as causas são de ontem, de anteontem, de muito tempo. Na verdade, a sociedade tem sido vítima de um processo no qual o crime organizou-se e, em mutação constante, maquiou suas atividades, causando lesões ao Estado; e o pior: em desarmoniosa simbiose, procurou infiltrar-se aqui, ali e acolá, arregimentando agentes estatais.

Estamos diante de uma organização que, impondo a lei do silêncio, usando da violência ou da intimidação e contando com a proteção de setores do Estado, tem-se alastrado em nosso território, fazendo vítimas e alistando presas. Indiscutivelmente pesa sobre nós o dever ético de desbaratar esse crime grande ou grande crime, que se organizou melhor que o Estado, que deu quatro passos enquanto nós talvez tenhamos dado apenas um.



<http://bdjur.stj.gov.br>

Aqui adentramos um aspecto grave do problema. Diante do quadro, a sociedade clama por providências urgentes, e essas motivações pragmáticas cruzam-se, há décadas, com argumentos éticos. De fato, há entre nós apressada mania e malconceito de querermos a tudo solucionar valendo-nos, a qualquer momento e em qualquer circunstância, da constitucionalização de normas, como se normas ordinárias nada resolvessem, e da criminalização, aí incluído o denominado endurecimento das penas, bem como o agravamento desmedido no seu cumprimento. São dois fenômenos que, se não resolvem os problemas, contribuem, isto sim, para agravá-los, por inúmeras razões, de todos conhecidas. Uma delas é a de que, paradoxalmente, contribuem para o robustecimento da violência ao legitimar a violência institucionalizada. E aqui quero protestar contra a chamada legislação do “pânico”, porquanto estou convencido de que não é a crueza das penas que conterá a violência. Andam por aí a apregoar o ressurgimento do terror penal, o que, no meu entender, implica um atalho para os erros do passado. Numa sociedade igualitária, livre e fraterna, não se pode combater a violência do crime com a violência da lei.

Não seria uma questão de lucidez, bom senso e visão crítica entender, por exemplo, que mais vale o Penal preventivo que o Penal repressivo e, perdoem-me, que o endurecimento das penas, por si só, não constitui fator de inibição da criminalidade? Se o constituísse, a pena de morte e, quem sabe, a perpétua acabariam com a criminalidade de uma vez por todas, mas isso nunca aconteceu em lugar nenhum do universo. Basta rever a história dos países e avaliar a eficácia, ou melhor, a ineficácia da intensificação das penas: a criminalidade continuou sempre impávida e crescente.

O que se impõe, antes de mais nada e urgentemente, é aperfeiçoar e profissionalizar quem cuida da segurança pública – da

vigilância, da prevenção e da manutenção da ordem –, “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

Neste grave momento, o Judiciário é também chamado a cumprir os seus misteres, essencialmente de proteção total às pessoas e à sociedade, assegurando àquelas os bens da vida e afastando desta os males. Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos órgãos julgadores, é inevitável reconhecer o esforço hercúleo empreendido para atender os clamores sociais por justiça. Contudo têm surgido vozes e pessoas estranhas ao Poder dispostas a se vestir de juiz, gerando uma distorção da ordem estabelecida pelo Estado democrático de direito em que os Poderes são três, e não mais que três, independentes e harmônicos entre si e colocando em curso uma verdadeira proposta de intimidação do Judiciário, causada, de um lado, pela tentativa de coibir os juízes de conceder liminares ou de julgar imparcialmente e conforme as provas; de outro, pela violência urdida pelo crime organizado.

No primeiro caso, refiro-me ao fato do incitamento provocado antes do processo judiciário, o que ocorre quando a notícia passa da apuração e divulgação de fatos e invade o terreno da Justiça. Não podemos nos esquecer de que, constitucional e legalmente, acusação, julgamento e condenação são atos da competência do Poder Judiciário, com a valiosa colaboração do Ministério Público e da Polícia Judiciária. Assim, não é correto que a notícia leve a coletividade a concluir pela culpabilidade do acusado antes do pronunciamento judicial.

A par dessa intimidação, há uma outra sempre houve, a tentativa de fazer calar a voz dos juízes. Como recordar sem indignação os assassinatos recentes dos Juízes Antônio José Machado Dias e Alexandre Martins de Castro Filho? O ideal da Justiça, para o qual viveram, foi o mesmo ideal em cuja defesa morreram. Por acaso não saíram também eles da vida para entrar na história? O silêncio desses



magistrados é um grito de denúncia contra o crime e será uma eterna réplica a latejar na consciência daqueles que perpetraram atos tão vis e traiçoeiros. Quanto aos demais juízes, por não aceitarem o medo como conselheiro, jamais se intimidarão no cumprimento dos seus deveres. Ao contrário, estou certo de que ações tão repulsivas só conseguirão provocar os magistrados a responderem, com a vida e a força da lei, àqueles que, afrontando a sociedade, tentam calar a Justiça e ocultar a verdade.

Ao finalizar minhas palavras, quero, em meu nome e no do Superior Tribunal de Justiça, congratular-me com os organizadores do projeto e com todos os que abraçam esta causa, porquanto urgente, inadiável e, sobretudo, imprescindível à preservação da paz social.

